

Relatório integral

Ensino à distância ou presencial? Modalidades de ensino em debate

Às 17h45 do dia 05/06/2012, na sala 2 do Instituto de Ciências Biomédicas 1 (ICB1) da Universidade de São Paulo, teve início o debate “Ensino à distância ou presencial? Modalidades de ensino em debate” como evento oficial da disciplina “Debates atuais em Ciências Biomédicas” do Programa de Pós-Graduação em Fisiologia Humana.

Os nomes para a mesa foram definidos a partir do critério de envolvimento em questões referentes à discussão sobre ensino presencial e ensino à distância (EaD) e da constatação de visões antagônicas sobre o tema por meio da consulta de materiais como teses e textos virtuais. Os convidados foram o Prof. Dr. Fredric Michael Litto – professor titular aposentado da Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP), presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED) e membro do Comitê Executivo do ICDE (*International Council of Open and Distance Learning*) – e a Profa. Dra. Daniela Motta de Oliveira, coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Políticas de Formação de Professores à Distância do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Professora do Colégio de Aplicação João XXIII da mesma universidade.

Após a apresentação inicial com duração de 15 minutos, houve réplica das posições do oponente e então foi aberta a sessão de perguntas do público. Em caso de perguntas não direcionadas, permitimos 3 minutos de fala para cada debatedor; e em caso de perguntas direcionadas, 3 minutos para o primeiro debatedor, 2 minutos de réplica do segundo debatedor e 1min30s de tréplica. Por fim, houve a condução das considerações finais.

Inicialmente, o Dr. Litto reivindicou o termo “aprendizagem” à distância ao invés de “educação” à distância, atribuindo esse último termo a uma visão basicamente reprodutora do conhecimento e focada em uma relação unidirecional professor-aluno. Trata-se de um argumento em voga entre os defensores de EaD que pautam que o ensino à distância seria, ao contrário do que ocorreria no ensino tradicional, caracterizado por uma relação colaborativa entre alunos, tutores (aqueles diretamente responsáveis pela interface aluno-programa) e professores (os responsáveis pelas (re)formulações do programa).

A aprendizagem à distância, ou aprendizagem flexível, apesar de sua implementação recente no Brasil, apresenta histórico que remonta ao século XIX com a instalação da modalidade na Universidade de Londres em 1858 com um sistema de correspondência. O Professor procurou realçar nomes importantes da história mundial

que realizaram tais cursos na Universidade de Londres e em outras “Universidades Abertas” de diversos países.

De modo enfático, Dr. Litto argumenta que as críticas à modalidade de aprendizagem à distância como elitistas são falaciosas, genéricas e baseadas em uma percepção restrita de como ela realmente se constitui. Pondera ainda que a crítica à implementação precária de programas de ensino à distância em diversas instituições privadas não pode representar argumento satisfatório para se julgar o ensino à distância em si como sendo de qualidade inferior.

Também destacou os benefícios e os argumentos favoráveis à implementação de cursos de EaD assim como rebater alguns dos argumentos contrários. O Dr. Litto, a fim de criticar a concepção de que os cursos de EaD cobram menor empenho de seus alunos, destaca que o sistema exige um perfil de aluno maduro, disciplinado e dedicado e retoma a ideia do método colaborativo ao realçar que os alunos seriam bastante rigorosos em cobrar um retorno dos tutores e professores a respeito das atividades virtuais executadas. Apresenta, também, os cursos de EaD como absolutamente necessários para um público que necessite de flexibilidade de tempo para a sua graduação ou que esteja deslocado dos grandes centros universitários, uma vez que as políticas de EaD permitem a descentralização do conhecimento. As universidades abertas representariam, assim, um meio adequado para a universalização do ensino superior, situação exemplificada com os casos da *Open University*, que não realiza vestibulares para admissão, e da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que, embora não represente uma universidade em sentido estrito e ainda apresente exame vestibular, planeja reunir cerca de 1 milhão de estudantes nos próximos cinco anos. Dr. Litto inclusive utiliza esses valores ao perguntar por que os cursos se popularizariam se fossem tão ruins como os críticos alegam; tal recurso argumentativo é ironicamente falacioso ao estabelecer uma estrita relação causal entre satisfação com a qualidade de um curso superior e o ingresso e permanência nele.

Já a Dra. Daniela procurou desenvolver sua análise a partir de um estudo de caso da UAB, considerando seu vínculo como professora de uma universidade federal que possui cursos desse convênio. Com uma apresentação mais descritiva, a Dra. Daniela estabelece que o discurso do governo federal ao criar a UAB envolvia justamente a premissa de democratização do acesso ao ensino superior, especialmente para a formação de professores, integrando-se a uma política global de formação universitária. O discurso de justificativa estabelecia que a formação universitária corrente no Brasil seria obsoleta, excludente e rígida e não acompanhava as mudanças em curso na sociedade; para uma sociedade *flexível* seria fundamental uma formação *flexível*, sendo os cursos à distância os mais adequados para tal. Paralelamente, a estipulação na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de que todos os professores da rede básica de ensino possuísem diploma de curso superior e de licenciatura em um prazo de 10 anos a partir de 1996 reforçou a criação de cursos de ensino à distância como política pública privilegiada para a formação de professores. Por esses motivos, os cursos de ensino à distância no Brasil apresentaram-se, em um primeiro momento, como solução

emergencial para a atualização de professores já em exercício na rede pública e, em um segundo momento, como política permanente focada em uma formação prática e de competências, massificada em instituições privadas e caracterizada como um novo nicho de mercado a ser explorado.

A partir daí, a Professora aprofundou a análise de tais justificativas, apontando suas inconsistências. Em relação ao argumento sobre a universalização, destaca-se que os cursos universitários continuariam divididos em cursos para elite e cursos para camadas populares, sendo que os estudantes de cursos de EaD estariam ainda excluídos de uma formação verdadeiramente universitária por conta da eliminação do tripé clássico do modelo humboldtiano de universidade; ou seja, as atividades-fim da universidade – ensino, pesquisa e extensão – seriam reduzidas a sua dimensão elementar de ensino. Como explícita política de governo, a educação presencial, abrangente, seria então cada vez mais direcionada a um público seletivo, e a educação à distância, caracterizada por cursos “rebaixados”, seria massificada, não sendo possível, portanto, considerá-la uma medida efetivamente democrática uma vez que reforçaria um quadro de desigualdade e de subordinação. Sendo assim, projetos de ensino à distância deveriam ser implementados para casos emergenciais e situações específicas como a atualização de professores em atividade na rede pública ou na formação de professores em áreas com enorme déficit de profissionais como matemática, física e química.

A Dra. Daniela questionou ainda o dado curioso de que cerca de 30% dos estudantes de EaD cursem pedagogia e de que a maioria dos professores hoje formados no Brasil já sejam majoritariamente egressos de cursos à distância, representando um paradoxo uma vez que a categoria responsável pela formação presencial de alunos da rede básica estaria sendo formada em cursos à distância. Por fim, apresentou diversas críticas ao processo de operacionalização dos projetos e cursos de EaD, entre elas a dotação orçamentária míngua que complicaria ainda mais a qualidade do programa, sendo essa situação notada claramente quando se analisa a precarização do trabalho de docentes e tutores vinculados ao programa; processos de subcontratação, de trabalho em tempo parcial e de terceirização são reforçados no convênio, sendo os exemplos mais evidentes os valores dos salários e o regime de trabalho dos professores e dos tutores (R\$1200 e R\$600, sem diversos direitos trabalhistas e sem o estabelecimento de carga horária adequada às maiores exigências de um curso à distância). Sendo assim, os cursos à distância teriam seu caráter ainda mais limitado, reduzindo-se às suas plataformas de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e ignorando outros elementos importantes ao processo de ensino, não surpreendendo desse modo que, apesar de um regime mais flexível de aprendizagem, suas taxas de evasão continuem em patamares tão elevados quanto aquelas de cursos presenciais. A intervenção da Dra. Daniela definitivamente não pretendeu questionar as potencialidades da apropriação das TICs, sendo reconhecidamente importantes inclusive para cursos presenciais, mas sim expor como programas e projetos emergenciais com justificativas minimamente plausíveis se transformaram no meio preferido de formação inicial de diversos profissionais, especialmente de professores.

A partir dessas apreciações iniciais, dos questionamentos e críticas recíprocas e das diversas perguntas feitas pelo público, outras ponderações e considerações importantes vieram à tona. Em relação às convergências, é importante destacar que ambos os professores rebatem argumentos que focam as críticas nos próprios estudantes de cursos de EaD e encaram que ambas as modalidades de ensino apresentam problemas (a presença do estudante em uma sala de aula não é sinônimo de aprendizado). Quanto aos pontos rediscutidos, Dr. Litto reconhece problemas operacionais básicos de implementação de diversos cursos de EaD, apesar de considerá-los passíveis de solução; reconhece ainda que se negligencia as experiências de outros países além de carecer de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento dos projetos, e adverte que essa situação em si seria mais delicada e poderia implicar no fracasso dos programas. Quanto ao ensino presencial, retoma argumentos clássicos de oposição aos parâmetros curriculares das Faculdades de Educação públicas do país, criticando uma suposta excessiva carga teórica e o fato de que suas escolas paradigmáticas tenham origem em autores supostamente ultrapassados como Freire, Vygotsky e Piaget.. Importante destacar ainda que o Professor, coerente com sua posição em todo o debate, defende que os cursos à distância seriam adequados a formação de qualquer profissional e não só de professores.

Já a Dra. Daniela retomou a visão de que a existência de cursos à distância ratificaria uma dualidade histórica na sociedade (“educação para elite vs. educação para o povo”) e indica que, se não há verbas suficientes para a massificação do ensino presencial, deveríamos reivindicá-las. Além disso, questiona a validade da massificação à distância, considerando que esse processo não promoveu melhorias nos indicadores educacionais, embora também nos pareça um argumento pouco válido considerando que uma melhoria no quadro docente não implica necessariamente na melhoria desses indicadores se o restante da política educacional não se altera.

O último tópico do debate foi ilustrativo das posições dos debatedores. À pergunta sobre a integração do tripé ensino – pesquisa - extensão, Fredric compara o modelo europeu a um “modelo feudal”, devendo haver universidades sem a realização de pesquisa ou de extensão e revela posição nova ao reconhecer que estudantes de EaD teriam formação inferior em outros países, mas que seria financeiramente inviável sua formação em cursos presenciais. Reconhece ainda que haveria universidades para a elite e outras para a formação de profissionais, sendo condizente com as novas demandas. Trata-se, portanto, de um argumento de cunho político-administrativo bastante distinto do que vinha sendo usado durante todo o debate, e utilizado na réplica da Dra. Daniela para reafirmar sua tese de dualidade.

Finalmente, quanto ao modo como o debate se deu, como um estudante apontou ao realizar uma pergunta, ao contrário das posições bastante enfáticas de defesa de EaD pelo Dr. Litto, muitas das críticas da Dra. Daniela centravam-se na operacionalização dos programas de ensino à distância, sendo que questões pedagógicas básicas acabaram pouco exploradas mesmo quando o público reforçou tal questionamento, como perguntas a respeito da contradição entre formar professores à distância para darem

aulas presenciais. Ainda, em diversos momentos o foco em questões de precarização do trabalho não eram devidamente exploradas no sentido de relacioná-las com um decréscimo de qualidade do curso, quando da resposta a respeito da qualidade de um curso cujos tutores e professores recebem tais salários, respostas inesperadas considerando a ênfase da redação de sua tese de doutorado “A formação de professores à distância para a nova sociabilidade: Análise do “Projeto Veredas” de Minas Gerais”.

O grupo considera que o debate foi produtivo e despertou o interesse dos presentes para esta nova perspectiva de ensino, fato demonstrado pela quantidade de perguntas abordadas pela platéia, inclusive da parte dos docentes presentes.

Primeiramente, deve-se destacar que demandas emergenciais e situações de ordem pessoal que impossibilitem o acesso a um curso de graduação presencial cobram a implementação de projetos de ensino superior à distância, uma vez que todos os cidadãos não poderiam ter o direito à formação universitária cerceado. Entretanto, é preciso se problematizar sobre a qualidade destes cursos, fator destacado inclusive pela convergência de opinião dos debatedores sobre a precariedade na estrutura dos cursos de educação à distância existentes atualmente, estabelecidos às pressas, inclusive apresentando tendência de superar as matrículas no ensino presencial em um período de 10 anos. Há sim a possibilidade de realização de cursos de qualidade à distância, o que demandaria, como ressaltado pelo Dr. Litto, dedicação do aluno e qualidade do material didático elaborado por um corpo docente responsável e preparado para tal.

Por fim, a crítica a tal processo de expansão de EaD não elimina a necessidade de repensarmos o modo como o ensino presencial vem sendo executado nas instituições de ensino superior, carecendo muitas vezes de mudanças didático-pedagógicas em diversos âmbitos.

São Paulo, 15 de Junho de 2012